

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1847876 - MG (2019/0335865-0)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : ÉLCIO PAULO DE CARVALHO**  
**ADVOGADO : REYNALDO BOALI SALMAN JUNIOR - MG082923**  
**AGRAVADO : ELZA FRANCISCA DE CARVALHO MORAIS**  
**AGRAVADO : CARLOS ROBERTO DE MORAIS**  
**AGRAVADO : MARIA DAS GRAÇAS DE CARVALHO**  
**AGRAVADO : ANA CLAUDIA NEVES DO NASCIMENTO**  
**CARVALHO**  
**AGRAVADO : VICENTE REGELINO DE CARVALHO**  
**ADVOGADO : RENATA VIEIRA GOMES - MG080249**  
**AGRAVADO : MINERAÇÃO FERRO PURO LTDA**  
**ADVOGADOS : ALEXANDRE GONÇALVES RIBEIRO - MG104888**  
**PAOLA GANDINE COSTA - MG114443**

## **EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL – AÇÃO RESCISÓRIA – DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DO AUTOR.

1. Consideram-se preclusas as matérias que, veiculadas no recurso especial e dirimidas na decisão agravada, não são reiteradas no agravo interno. Precedentes.

2. No julgamento do REsp nº 1746072/PR, a Segunda Seção desta Corte, em consonância com a legislação de regência, confirmou o entendimento de que os honorários advocatícios só podem ser fixados com base na equidade de forma subsidiária, quando não for possível o arbitramento pela regra geral ou quando inestimável ou irrisório o valor da causa.

3. Agravo interno desprovido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi  
Relator